

-----ACTA 11/2010-----

-----Da Reunião Ordinária Publica de 3 de Maio de 2010-----

-----Aos três dias do mês de Maio do ano de dois mil e dez nesta cidade de Almeirim, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Vice Presidente, Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores, Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Faltou o Senhor Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, cuja falta foi considerada justificada, por se encontrar numa reunião de trabalho em Lisboa.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Vice Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----A reunião teve a presença de público e da imprensa.-----

-----O Senhor Vice Presidente perguntou se algum dos Senhores Vereadores, ou do público queria intervir.-----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador Francisco Maurício, que leu a seguinte intervenção:-----

----- "1 - Rancho Folclórico da Casa do Povo de Almeirim. - Não sou, rigorosamente, nada partidário de que os autarcas se envolvam na vida das nossas Associações. Infelizmente o que se passa na nossa terra aproxima-se do ridículo.-----

-----Sei que os dividendos políticos são elevados, mas sei também que, progressivamente, vamos ajudando a acabar com todas as Associações que, cada vez mais são mais subsídio dependentes e que optam pelo imediato mais fácil: co-responsabilizar os autarcas na sua difícil sobrevivência.-----

-----Imagino que, a médio prazo os resultados serão desastrosos. Espero vivamente não ter razão.-----

-----Esta pequena introdução, é actual e pertinente e tem mais a ver com a recente eleição dos corpos gerentes dos "Tigres" para o próximo triénio, mas terá pouco a ver, digo eu, com o facto que me foi comunicado e que vou transmitir:-----

-----"Já agora veja se lá nessa reunião se vê a possibilidade de reparar o local onde ensaia o Rancho Folclórico da Casa do Povo de Almeirim, já que ensaiam lá também as crianças da escola de folclore e nem casas de banho em condições têm. Somos os únicos que nem sede em condições temos, encontrando-se o espólio de 54 anos de historial encaixotado e a estragar-se. Muito obrigado pela atenção que possam dispensar a este assunto, sou apenas um cidadão preocupado com um dos grupos mais internacionais do país, e com um palmarés invejável."-----

-----Tive oportunidade de confirmar este relato e sugiro que, de acordo com a direcção do Rancho se estude a possibilidade de, para já, remediar a situação e a médio prazo estudar a possibilidade de criar condições para que o Rancho tenha condições dignas para desenvolver a sua emérita actividade.-----

-----2 - Sinalética Turística da Cidade.-----

-----No dia 1 de Fevereiro coloquei a questão da falta de sinalização turística na cidade, nomeadamente a falta gritante de Placas Informativas do Hotel da Cidade.-----

-----Quem vem de fora e pretende pernoitar na nossa terra, sobretudo se chega a horas tardias, tem grandes dificuldades em dar com o único Hotel da Cidade, dado que não existe uma única sinalética a indicá-lo.-----

-----É obrigação da edilidade ter uma sinalização turística adequada, não cabe a ninguém fazê-lo por sua iniciativa, como lamentavelmente vemos por aí.-----

-----Já vai sendo tempo de termos uma sinalização bonita, moderna e conveniente. Sei que a resposta vai ser no sentido que tudo está a ser feito em colaboração com a CIMLT, mas o que eu sei é que já é mais do que suficiente o tempo que tem levado a fazer uma coisa tão simples e para a qual até houve projecto e não era muito caro. Suponho que são as prioridades deste Executivo, mas não são as dos nossos munícipes, nem as dos

interesses económicos aqui instalados."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, usou também da palavra, referindo-se ao facto de ter chegado atrasado à reunião extraordinária realizada em quinze de Abril de dois mil e dez, quando na altura já estavam a ser feitas as várias Declarações de Voto, cujo assunto era a "Apreciação e Votação do Relatório e Documento de Prestação de Contas referente ao ano de dois mil e nove". Salientou a importância destes documentos por serem o momento de balanço da Autarquia. Disse que votaria contra o documento, na base de argumentos que já foram produzidos nas reuniões, devido aos baixos níveis de execução em dois mil e nove, que revelam a falta de determinação da Câmara e que levam a que a execução do orçamento seja um desastre.-----

-----O mesmo Vereador referiu que foi aprovado em dezanove de Abril deste ano o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e de Infracções Conexas da Câmara Municipal de Almeirim, dizendo que esta é uma questão legal, já que a Lei obriga a que não haja corrupção nas autarquias. Refere que o Plano foi melhorado, sendo significativo no sector das compras e das obras, sabendo que é nestes dois sectores que há mais riscos de corrupção e que os Planos evitam que hajam este tipo de riscos, os quais mais enchem os Tribunais.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse também que apesar do documento não servir os objectivos, mas que já há algo que encaminhe no bom sentido, pelo menos de não se arriscar e de se enveredar por processos menos claros.-----

-----O mesmo Autarca falou em relação aos festejos comemorativos do Vinte e Cinco de Abril, manifestando que achou muito pobres as iniciativas tomadas pela Câmara, e que, apesar dos esforços das Juntas de Freguesia, para as respectivas comemorações, estas ficaram muito além do que seria esperado pela importância desta data e da sua história no Concelho. Elogiou, apesar de com espanto, as intervenções dos membros do Partido Social Democrata, do Partido Socialista e do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na última sessão da Assembleia.-----

-----A Senhora Vereadora Fátima Cardoso, em resposta à questão de sinalética na cidade, colocada pelo Senhor Vereador Francisco Maurício disse: "De facto, é no âmbito da CIMLT que este assunto está a ser tratado. Tivemos uma reunião no dia vinte e dois de Abril, e temos outra agendada para o próximo dia vinte de Maio. Este projecto é uma reformulação do projecto de dois mil e sete."-----

-----O Senhor Vice Presidente esclareceu que o Projecto já tem algum tempo, era um projecto mais pequeno, e surgiu depois a possibilidade de se candidatar para alguns aglomerados urbanos e até mesmo para o Concelho, e o que estava em causa eram duzentos mil euros, que quando o projecto foi candidatado, havia a hipótese de ser comparticipado a noventa por cento, daí que se achasse conveniente esperar por este fundo. Em relação ao concurso o Senhor Vice Presidente informou que o mesmo não seguiu em frente, porque foi feito um concurso publico, para o qual as empresas de sinalização se juntaram todas, e que foi dado um preço muito alto.-----

-----Em resposta ao Senhor Vereador Aranha Figueiredo, relativamente às comemorações do Vinte e Cinco de Abril, o Senhor Vice Presidente, disse que lhe parecem considerações muito redutoras, bastando ver as iniciativas que foram tomadas pelas Juntas, pela Câmara e até mesmo por diversas colectividades e associações.-----

-----No período do público, pediu a palavra o Senhor Manuel Amado, que disse não estar contra a obra realizada do Parque de estacionamento, entre a P Três e a Rua do Paço, já que é de todo útil o estacionamento na cidade, mas está contra o acesso e saída do mesmo, devido à sua perigosidade. Questionou também, porque não se constrói mais estacionamento no outro terreno abandonado.-----

-----O Senhor Vereador José Carlos respondeu que já houve mais pais e moradores preocupados com esta situação. Falou na hipótese de fazer uma proposta para colocação de uma lombas, e finalmente sugeriu ao município que juntos poderiam tentar

encontrar uma solução para este problema.-----
-----O Senhor Vice Presidente concordou com a colocação de uma lombas. Em relação ao terreno abandonado, foi esclarecido o Senhor Manuel Amado, de que o terreno não é da Câmara, e que por vezes estas negociações não são fáceis.-----
-----Estiveram presentes na reunião, moradores de Paço dos Negros, que reclamaram do estado caótico das estradas nesta localidade. Questionaram porque não é substituída toda a canalização desde o Guilherme Caniço até à Serra.-----
-----O Senhor Vice Presidente respondeu que a substituição era para ser geral, por não ser lógico ser uma zona com problemas e não ser substituída. Em relação ao alcatrão é outro problema, porque este abateu devido às intensas chuvas. Disse estar informado que as Águas do Ribatejo estariam à espera de melhorias do estado do tempo, para procederem às respectivas obras. Informou os moradores de Paço dos Negros que, não pode garantir quando, mas que o problema vai ser resolvido.-----
-----Um dos moradores chamou à atenção para o facto de, no local onde habita, sita na Rua General Humberto Delgado, irem despejar pedra, o que lhe causa estragos nos portões, e de lhe terem dito que a responsabilidade é da Câmara.-----
-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, disse em relação a este assunto:"Esta técnica de abertura e fecho de valas é muito conhecida. Fazem-se quilómetros de obras deste género. Para evitar o problema, é que logo após o fecho e quando o terreno estivesse compactado se colocasse betuminoso, em vez de "tout venant", já que o betuminoso não faz lama nem pó. Não devemos atribuir culpas a ninguém, a Câmara deve officiar as Águas do Ribatejo e exigir que as obras sejam feitas em condições".-----
-----Pedi a palavra a Senhora D. Jacinta que disse que não há visibilidade na estrada entre o Cabeço e a Serra, e que deveriam ser tomadas as devidas medidas. Sugeriu que quando se põe alcatrão nas estradas, não passasse logo de seguida o carro de varrer, pois isto faz com que o alcatrão seja removido. Falou também das condições de higiene e limpeza do Cine Teatro, porque pode constatar que aquando da realização do Festival de

Folclore, houve muitos comentários negativos em relação a este assunto, e que os intervenientes levaram uma má imagem do nosso Cine Teatro. Além de que lá se fazem espectáculos com miúdos das escolas, infantários, etc., ao que a Senhora Vereadora Emília respondeu que por vezes não é fácil encontrar alguém disponível para este serviço.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, chamou a atenção para um anúncio que saiu no Jornal o "Almeirinese", relativo à alteração do artº 15 do PDM, assinado pelo Senhor Vice Presidente, "P'lo Presidente" e que não está correcto, que este deveria assinar como "Vice Presidente, com competências Delegadas", o que o Senhor Vice Presidente justificou que era para ser o Presidente da Câmara a assinar, mas como este estava ausente, ele mesmo assinou.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo dos despachos de deferimento da Arquitectura que fez, ao abrigo da delegação de competências: Carla Marisa Daniel Calisto Baptista, dezoito; Bectricil - Construção Obras Públicas, Lda - dezanove; Eugénia Maria Flauzino, vinte sete - todos de dois mil e dez.-----

-----PROJECTOS DE GLOBALIDADE - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências: Dina Isabel Ribeiro Santos, noventa de dois mil e nove; António Manuel da Rosa Duarte - vinte e três; Paulo Nuno Marques Lopes - cinquenta-zero seis A, ambos de dois mil e dez.-----

-----PROCESSO DE OBRAS NUMERO CENTO E VINTE DE DOIS MIL E NOVE - ANA CRISTINA FERNANDES PISCO - Para a deliberação que segue esteve presente o Senhor Arquitecto António Forte, para prestação de esclarecimentos, relativos à informação por ele

apresentada, que a seguir se transcreve: "Apreciado o pedido de emissão de licença especial para acabamentos ao abrigo do artº 88 do RJUE, não se vê inconveniente na admissão da pretensão, ficando sem efeito a necessidade de apresentação dos elementos em falta no âmbito da comunicação prévia apresentada. Para efeitos de deferimento do pedido de licença especial para conclusão de obras inacabadas, propõe-se que o município reconheça não se justificar a demolição de construção existente por razões urbanísticas ou ambientais" .-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo perguntou se a obra tem licença de construção, ao que o Senhor Arquitecto Forte respondeu que sim, explicando que esta é uma moradia localizada na Rua Conceição Joaquim Rodrigues, Lote 8 em Almeirim, em que o "tosco" estava feito, e que a Câmara tem de reconhecer que não há interesse na demolição da obra. A licença de construção foi emitida de acordo com o processo número trinta de noventa e seis, e que foi sendo prorrogada. Disse também que o que o plano previa à altura, é o que se mantém, e que a Câmara prefere conceder a licença especial para acabar a obra, em vez da sua demolição.-----

-----Posto o assunto a votação, foi deliberado reconhecer não haver interesse na demolição por razões urbanísticas. Aprovado por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO DE IMÓVEL COM INTERESSE MUNICIPAL -----

-----O Senhor Vice Presidente apresentou a comunicação interna do Arquitecto Artur Sampaio da Costa, a informar que o processo de classificação de um imóvel composto por habitação unifamiliar, adega e pátio interior com cómodos agrícolas e complementares da função habitacional, sito na Rua Almirante Reis números trinta e cinco, trinta e sete e trinta e nove em Almeirim deve seguir os seguintes procedimentos: " O Executivo Municipal, delibera em reunião, a determinação por despacho de abertura do processo de Classificação do Imóvel com Interesse

Municipal de acordo com o nº um do artigo cinquenta e sete do Decreto-Lei número trezentos e nove de dois mil e nove de vinte e três de Outubro, com alínea b) do nº 2 do artigo 20º da Lei 159/99 de 14 de Setembro e com base nos elementos coligidos pelos Serviços Técnicos da DHU. Delibera também enviar para parecer à Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo de acordo com o nº dois do artigo noventa e quatro da Lei nº cento e sete de dois mil e um de oito de Setembro.-----

-----Após parecer favorável da DRCLVT ou com a falta de resposta daquela entidade no prazo de quarenta e cinco dias o Executivo Municipal publica no Boletim Municipal e no "Almeirinese" a intenção de classificar o referido imóvel e posteriormente, não havendo reclamações, propõe à Assembleia Municipal a classificação do Imóvel como Interesse Municipal.-----

-----Após a classificação pela A. M. do Imóvel de Interesse Municipal a Câmara Municipal deverá enviar a respectiva acta para publicitação da classificação no portal do IGESPAR."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo questionou se as obras de reparação foram alvo de processo de licenciamento, e se houve por parte da actual proprietária a vontade de classificação do imóvel.-----

-----O Senhor Vice Presidente esclareceu que foi sugestão da proprietária, e que há um processo de licenciamento.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo respondeu que:"ainda bem que é a proprietária a sugerir, mas que perante o facto de ter sido licenciada pela Câmara, deveria ter havido um esforço no sentido das portadas continuarem em madeira, porque alumínio não é o mesmo em termos de Defesa do Património, e aqui é dito que a recuperação deve ser feita com os mesmos materiais. A proprietária optou pela via mais simples e funcional, era bom que não tivesse acontecido".-----

-----O Senhor Vice Presidente informou que esteve aprovado um projecto para um conjunto de fogos. A questão do Património é que deve ter em conta quem vai habitar as moradias e quais as salvaguardas do mesmo património.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, disse ainda:"A questão

que se coloca quando se adquire uma casa destas, é que se assumam os custos a ela inerentes. Agradeço até o facto de ser a Cristina a ter ficado com a casa. Penso que se tivesse havido uma conversa com a proprietária, na altura da aprovação do projecto, estou convencido que, não era por isto que a Cristina não deixaria de pôr as madeiras".-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade, com a sugestão do Senhor Vereador Francisco Maurício para substituir as portadas de alumínio por madeira.---

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício fez a seguinte Declaração de Voto: " O MICA vota favoravelmente esta proposta, no sentido de fazer todos os possíveis por tentar salvaguardar o pouco que resta do nosso património edificado. O MICA congratula-se pela iniciativa desta proposta, mas gostaria que, a seu tempo, fossem repostas as portas e janelas que foram substituídas por alumínio".-----

-----O Senhor Vice Presidente informou o Executivo, de que também irá ser restaurada a chamada "Casa do Sacristão", irá ser transformado em Hotel.-----

-----Os Senhores Vereadores Aranha Figueiredo e Francisco Maurício, sugerem que todos os processos de licenciamento em edifícios anexos à proposta de PDM de classificação, passem a partir de agora, pelo Executivo, e não passem "só pelas mãos" do Senhor Vice Presidente.-----

-----O Senhor Vice Presidente concordou com esta proposta.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO AO BPI DO EMPRESTIMO DE 193.500,00€.-----

-----O Senhor Vice Presidente apresentou a análise das propostas elaborada pelo Técnico Superior de Contabilidade, Gilberto Xavier, relativa à contratação de Empréstimo Longo Prazo, no valor de cento e noventa e três mil e quinhentos euros, para aquisição da parcela "B" do terreno para construção de novo troço da Circular Urbana de Almeirim.-----

-----É referido pelo Técnico que: "*Para todas as propostas*

apresentadas, a taxa de juro é variável associada à Euribor a seis meses, e o prazo global do empréstimo é de vinte anos, conforme consta do pedido de proposta. À Euribor a seis meses, acresce o "spread" e os encargos e comissões a cobrar. Da análise efectuada às propostas apresentadas, a mais vantajosa é a do Banco Português de Investimento."-----

-----Depois de esclarecido, pelo Senhor Vice Presidente que o empréstimo é relativo à aquisição da parcela "B", do terreno para construção de novo troço da Circular Urbana de Almeirim, foi o assunto posto a votação.-----

-----Foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta, com a seguinte Declaração de Voto do Senhor Vereador Francisco Maurício:"O Mica entende que, a proposta do BPI é a tecnicamente mais vantajosa. Apesar de todas as circunstâncias e dúvidas quanto à capacidade de endividamento da autarquia, o MICA vota favoravelmente esta proposta, não olvidando a importância da questão em causa que, pretendemos ver esclarecida a curto prazo".-----

-----**OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS**-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS, ABERTURA DE CONCURSO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS PARA AJUSTE DIRECTO DE "LOCAÇÃO FINANCEIRA NA MODALIDADE DE LEASING PARA FINANCIAR A AQUISIÇÃO DO TERRENO NO LARGO MANUEL RODRIGUES PISCO, PROPRIEDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMEIRIM", CONVIDANDO A APRESENTAR PROPOSTA OS SEGUINTE BANCOS: CGD, BES E BANIF - O Senhor Vice Presidente apresentou a proposta como segue: " Considerando que no dia vinte seis de Abril de dois mil e dez, pelas dezassete horas terminou o prazo para apresentação de propostas para o concurso público de leasing abaixo descrito;-----

-----Considerando que terminado esse prazo, nenhum concorrente apresentou proposta;-----

-----Conjugando o disposto na alínea a) do artigo 24º com o nº 1 do artigo 36º, o artigo 38º, o nº 2 do artigo 40º todos do

Código de contratos Públicos, aprovado pelo decreto Lei 18/2008 de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei nº 278/2009, de 2 de Outubro, com a alínea b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, e ainda da alínea q) do nº 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho:-----

-----Que seja autorizada a despesa, bem como aprovados o Programa de Procedimento e Caderno de Encargos e ainda a decisão de contratar através de Procedimento por Ajuste Directo, convidando a apresentar proposta os seguintes bancos: C.G.D., B.E.S. e BANIF, para o concurso de Locação Financeira na Modalidade de Leasing para Financiar a Aquisição do Terreno no Largo Manuel Rodrigues Pisco, Propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Almeirim."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício questionou se os leasings não são incluídos na capacidade de endividamento.-----

-----O Senhor Vice Presidente afirmou que tem absoluta confiança nos técnicos da Autarquia, e nunca houve problema nestas situações, já que os técnicos são responsabilizados pelos trabalhos.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo questionou qual o valor atribuído ao terreno.-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada com cinco votos a favor do PS e CDU e o voto contra e de vencido do MICA.-

-----Em relação a este ponto o Senhor Vereador Francisco Maurício, leu a seguinte Declaração de Voto a qual vou transcrever:" No dia 5 de Abril, votei favoravelmente proposta similar, mas fiz notar que a Capacidade de Endividamento do Município não nos foi presente, como deveria ter sido. Expressei o voto de me ser facultada, na primeira oportunidade, a nossa capacidade de endividamento, actualizada.-----

-----Desta vez, o MICA vai votar contra e fazer voto de vencido, neste ponto e nos pontos 5 e 6 seguintes, porque as nossas dúvidas sobre a capacidade de endividamento da autarquia são muitas.-----

-----Achamos estranho que os Bancos não tenham apresentado propostas, tanto mais que o leasing é das operações bancárias mais atractivas, fundamentalmente pelo seu menor risco.-----

-----Quanto à selecção dos bancos a consultar, é estranho que se deixe de lado o BPI, face às boas condições de preço que apresentou no empréstimo anterior.-----

-----De acordo com o n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei da Finanças Locais - LFL), os municípios podem contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como emitir obrigações e celebrar contratos de locação financeira.-----

-----No n.º 1 do artigo 36.º da referida Lei da Finanças Locais, o legislador estabelece que, o montante de endividamento líquido municipal é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.-----

-----Assim, as dívidas resultantes da celebração de contratos de locação financeira relevam para o limite de endividamento líquido municipal, que noto, não nos é presente, como entendemos que deveria.-----

-----Os contratos de locação financeira, com valor contratual igual ou superior ao montante fixado anualmente pela respectiva Lei do Orçamento do Estado, estão obrigados a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (alínea b) do n.º 1 do artigo 46.º e artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26.08, alterada pela Lei n.º 48/2006, de 29/08.-----

-----Para 2010, o montante referido corresponde a 1 000 vezes o índice 100 da escala indiciária do regime geral da função pública, ou seja, 343 280,00 euros (De acordo com o disposto no parágrafo 2.º da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, os índices 100 de todas as escalas salariais são actualizados em 2,9%, pelo que o valor do índice 100 das carreiras de regime

geral para 2009 é de € 343,28, conforme consta do Anexo I à Circular n.º 1347, Série A, da Direcção-Geral do Orçamento).-----

-----O voto contra e de vencido do MICA, exprime uma dúvida consistente, atendendo à natureza jurídica da locação financeira (um arrendamento com características especiais, de onde sobressai a possibilidade de o locatário comprar o bem, no final do contrato e por um preço residual).-----

-----Duvidamos, à partida, que nesta aquisição se possa recorrer a este tipo de contratação. Por outro lado, dadas as inúmeras vezes que tem vindo a ser utilizado este sistema de "contratação por leasing", temos muitas dúvidas da sua legalidade e se não foram já ultrapassados os montantes que são fixados previamente para este tipo de contrato.-----

-----Porque queremos que fique bem expresso, de modo a ressaltar as nossas responsabilidades neste procedimento eventualmente ilegal, que a nossa posição, nada tem, nem poderia ter com o justo pagamento do bem adquirido à Santa Casa da Misericórdia, que desde há muito tempo já está a ser utilizado pelo Município".-----

-----O Senhor Vice Presidente ditou a seguinte Declaração de Voto:"Votei a favor, porque esta aquisição é importante para o Município. Gostaria ainda de referir que a capacidade de endividamento da Autarquia é superior a cinquenta por cento, ou seja, temos mais de metade da nossa capacidade de endividamento por utilizar. Quero dizer também que estes concursos, são feitos na nova plataforma informática, que nem todos estão preparados para utilizar. Sobre o valor dos leasings, a lei referida anteriormente é correcta no que diz respeito a mil vezes o índice cem da função pública. Falta apenas referir que estes valores não são cumulativos, isso naturalmente faz toda a diferença".-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu três questões, a primeira é que o processo não vai a Tribunal de Contas devido ao valor em causa, a segunda questão é saber se o leasing faz parte ou não do endividamento do Município e por fim disse que nem o Senhor Vereador Francisco Maurício, nem o Senhor Vice

Presidente nada disseram de novo em relação à lei.-----

-----APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO JURI DE
PROCEDIMENTO PARA AJUSTE DIRECTO DE "LOCAÇÃO FINANCEIRA NA
MODALIDADE DE LEASING PARA FINANCIAR A AQUISIÇÃO DO TERRENO NO
LARGO MANUEL RODRIGUES PISCO, PROPRIEDADE DA SANTA CASA DA
MISERICÓRDIA DE ALMEIRIM".-----

-----O Senhor Vice Presidente apresentou a seguinte proposta:
"Ao abrigo do artigo sessenta e sete do Código dos Contratos
Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito de dois mil e
oito, de vinte e nove de Janeiro, na redacção introduzida pelo
Decreto-Lei número duzentos e setenta e oito de dois mil e nove,
de dois de Outubro, proponho como membros do "Júri do
Procedimento", para o Ajuste Directo da LOCAÇÃO FINANCEIRA NA
MODALIDADE DE LEASING PARA FINANCIAR A AQUISIÇÃO DO TERRENO NO
LARGO MANUEL RODRIGUES PISCO, PROPRIEDADE DA SANTA CASA DA
MISERICÓRDIA DE ALMEIRIM"`, os seguintes elementos:-----

-----Efectivos:-----

-----Presidente - Vereador Pedro Miguel César Ribeiro;-----

-----Vogal - Gilberto de Jesus Xavier;-----

-----Vogal - Maria do Rosário Almeida-----

-----Suplentes:-----

-----Vereador José Carlos Silva;-----

-----Vereadora Maria de Fátima Cardoso."-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada com cinco
votos a favor do PS e CDU, e o voto contra e de vencido do
MICA.-----

-----APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS, NO JÚRI PARA PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS DO
AJUSTE DIRECTO DE "LOCAÇÃO FINANCEIRA NA MODALIDADE DE LEASING
PARA FINANCIAR A AQUISIÇÃO DO TERRENO NO LARGO MANUEL RODRIGUES
PISCO, PROPRIEDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMEIRIM" -

O Senhor Vice Presidente apresentou a seguinte proposta:
"Conjugando o número dois do artigo cinquenta com o número dois
do artigo sessenta e nove ambos do Código dos Contratos

Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito de dois mil e oito, de vinte e nove de Janeiro, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei número duzentos e setenta e oito de dois mil e nove, de dois de Outubro, proponho que seja delegado do Júri dos Procedimentos, a competência para prestar os necessários esclarecimentos aos concorrentes na fase de concurso do Ajuste Directo de LOCAÇÃO FINANCEIRA NA MODALIDADE DE LEASING PARA FINANCIAR A AQUISIÇÃO DO TERRENO NO LARGO MANUEL RODRIGUES PISCO, PROPRIEDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMEIRIM.---

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi aprovada com cinco votos do PS e CDU e o voto contra e de vencido do MICA.---

-DELIBERAÇÕES DIVERSAS

-----RENDAS HABITACIONAIS EM DIVIDA - ANA CRISTINA DE OLIVEIRA
FITAS - Foi presente a informação da Técnica Superior, Cláudia Afonso, do seguinte teor:"Pelo presente informo V.Ex^a que, a arrendatária da fracção correspondente ao 4º andar esquerdo do prédio sito na Rua Dr. Ernestino da Conceição Rodrigues, nº 19 em Almeirim, tem actualmente 10 rendas em divida ao Município, no valor de 262,24€. Em 2009/05/06 (pelo n/ oficio 2467) foi notificada a arrendatária e concedido o prazo de 30 dias para pagar as rendas em divida, correspondentes aos meses de Dezembro de 2008 até Abril 2009, ao qual nunca foi dado cumprimento. Neste seguimento, por deliberação de Câmara de 2010/02/01 foi permitido que a arrendatária pagasse"(...) o mês de renda actual e que quando tiver emprego ou subsidio de desemprego, pague também um mês de retroactivos (...)". Contudo, a arrendatária não só não pagou os meses em atraso, como também deixou de fazer qualquer pagamento. Assim julgo, dever ser notificada a arrendatária e concedido prazo para procedeu à amortização das rendas em divida ou apresentado plano de pagamentos."-----

-----Foi deliberado por unanimidade intentar acção de despejo.--

-PESSOAL

-----DISPENSA AO SERVIÇO - Foi presente a informação da Senhora Vereadora Fátima Cardoso, relativa ao pedido de dispensa das funcionárias Elsa Mendes (EB2,3 - Febo Moniz) e Carla Hortelão (Infantário nº 3 de Almeirim), nos dias 13 a 18 do corrente mês, para deslocação a Paris, no âmbito do Festival de Folclore, sem prejuízo para as mesmas. Na referida informação, a mesma Autarca informa que:"julgo não existir inconveniente tendo em atenção que irá ser assegurado o serviço das mesmas".-----

-----Posto o assunto à consideração, foi deliberado por unanimidade ratificar o pedido de dispensa das funcionárias.-----

-----FESTA DO AVANTE - Foi presente o pedido da Comissão Nacional do Desporto da Festa do Avante, onde solicitam a atribuição por parte da Autarquia de uma Taça ou Troféu, para apoio à realização das provas desportivas.-----

-----Foi deliberado por unanimidade oferecer uma Taça até ao valor máximo de vinte e cinco euros.-----

-----ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL E RECREATIVA DE PAÇO DOS NEGROS - Presente o pedido de apoio da referida Associação, para realização do II Torneio 24H de Futsal Feminino de Paço dos Negros, a realizar dias 3 e 4 de Julho de 2010.-----

-----Foi deliberado por unanimidade, proceder à transferência de 670€, para apoio às despesas inerentes.-----

-----GRUPO DESPORTIVO RAPOSENSE - Presente o pedido do Grupo Desportivo, para apoio às despesas a ter com a deslocação a Espanha dias 24, 25 e 26 de Julho do corrente ano, para realização de jogo com a equipa local.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à transferência de 625€.-----

-----CENTRO AMADOR DE DESPORTO E CULTURA DE ALMEIRIM - SECÇÃO DE KARATE - Presente a carta deste Centro, a solicitar apoio para a realização da IV Taça de Karate Cidade de Almeirim.-----

-----A Câmara deliberou proceder à transferência de 1050€, para

apoio à realização do evento.-----

-----ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL E RECREATIVA DE PAÇO DOS NEGROS - Presente a carta da Associação a solicitar apoio para as despesas com a organização da Festa do Futebol Amador que se realizou no Estádio Municipal de Alcanena, do dia 1 de Maio corrente, integrado na Taça Fundação Inatel.-----

-----A Câmara deliberou atribuir um apoio no valor de 200€, bem como atribuir o mesmo valor ao Clube de Futebol de Benfica do Ribatejo.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - Foi presente, pelo Senhor Vice Presidente a informação do Gabinete de Acção Social da Autarquia que apresenta um pedido de apoio em nome de Capitolina Costa, residente na Rua Nova, nº 10, Tapada, para pagamento de arranjo do telhado da sua habitação.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade conceder o valor 377,94€, conforme factura anexa ao pedido.-----

-----Foi presente outro pedido, em nome de Maria Ludovina Santos Gomes, residente na Rua Marquês de Tancos, nº 31, em Benfica do Ribatejo, a solicitar apoio para aquisição de material para acabamento do chão da sua habitação.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder ao pagamento no valor da factura anexa ao pedido, no total de 552,50€.-----

-----TOPONIMIA - O Senhor Vice Presidente deu conhecimento da informação da Técnica Dominique Cardoso, que passo a transcrever:" Nome de Rua - A rua situa-se quando se vai na direcção de Almeirim - Benfica do Ribatejo, é a primeira à direita na rotunda da circular urbana. Esta rua ainda não tem saída mas pelo que soube vai ser aberta até à rua de São Roque. Tem uma certa urgência, uma vez que a conservatória não aceita a morada dada. E a pessoa tem os documentos pendentes."-----

-----O mesmo Autarca propôs para aquela Rua o nome de "Rua da Adema do Meio".-----

-----Foi por unanimidade, deliberado atribuir o nome acima

mencionado à referida artéria.-----

-----AUTOCARRO - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros ao serviço das seguintes entidades:--
-----Centro Paroquial de Almeirim, 90,52€; Centro de Recuperação Infantil de Almeirim, 543,29€; Escola de Benfica e P Três, 121,26; Universidade Sénior de Almeirim, 800,57€; Escola Secundária Marquesa de Alorna, 305,11€; Escuteiros de Almeirim, 225,09; Lar de S. José, 289,82€; Escola Moinho de Vento, 60,51; Escola e Jardim de Infância da Tapada e Jardim de Infância de Benfica do Ribatejo, 77,07; Jardim de Infância de Tapada, 132,99€; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Andebol - 241,66€; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Natação, 910,63€; Estabelecimento Prisional de Alcoentre, 4952,41€.-----

-----ACTAS - Foi previamente distribuída por todos os Autarcas, a acta do dia 15 de Abril de 2010, para apreciação e posterior aprovação.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezasseis horas e cinquenta minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____,
Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Vice Presidente.-----

O Vice Presidente da Câmara

A Assistente Técnica

